

13°

PACTOS E COMPROMISSOS ESTRATÉGIA E PRÁTICA



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE

FEBRABAN



CAROS (AS) LEITORES (AS),

A FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos - deu início em junho de 2007 a uma série de cafés da manhã com o objetivo de discutir temas relacionados à sustentabilidade que afetam o dia-a-dia dos bancos e seus stakeholders. São convidados para os eventos representantes dos bancos associados, de organizações sociais e governamentais, federações e formadores de opinião.

Com essa iniciativa – denominada *Café com Sustentabilidade* – espera promover a reflexão crítica e qualificada sobre esse conceito, contribuindo para a convergência de objetivos dentro do setor.

O material que você está recebendo agora é a sistematização do debate realizado no 13º *Café* e tem o papel de disseminar e multiplicar conhecimentos e experiências relatadas durante esse encontro.

Boa leitura.

Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - FEBRABAN



PACTOS E COMPROMISSOS | ESTRATÉGIA E PRÁTICA

O primeiro evento de 2009 da série Café com Sustentabilidade aconteceu no dia 20 de maio, em São Paulo, e contou com apresentações de Clarissa Lins, diretora executiva da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), e de Caio Magri, assessor de Políticas Públicas do Instituto Ethos. O evento abordou as principais iniciativas empresariais – nos âmbitos regional e global – relacionadas a pactos e compromissos. Princípios do Equador, Pacto Global, Metas do Milênio e Pacto pela Integridade e Contra a Corrupção foram alguns dos acordos abordados durante o encontro.



Questões fundamentais para se firmar um compromisso empresarial e torná-lo público também foram discutidas. “Um pacto deve ser voluntário, estar conectado às demandas da sociedade, ser construído coletivamente por meio do diálogo social e, sobretudo, criar a possibilidade de estabelecimento de uma nova cultura entre os setores público e privado”, ressaltou Magri. Já Clarissa lembrou a importância de se divulgar as parcerias empresariais no âmbito socioambiental e de se criar mecanismos de prestação de contas. “Afinal, é por meio desses canais que a sociedade fica sabendo dos compromissos estabelecidos e pode cobrar resultados das instituições envolvidas”, concluiu.

Nas próximas páginas, você encontra a sistematização do encontro.



Caio Magri, gerente de Políticas Públicas do Instituto Ethos.


Caio iniciou sua apresentação fazendo um breve retrospecto histórico em torno dos compromissos empresariais. Ele destacou a importância do trabalho pioneiro da Fundação Abrinq, criada em 1990, no que diz respeito à mobilização de órgãos governamentais e empresariais das principais cadeias produtivas onde se concentra o trabalho infantil.

De 1990 para cá, houve uma série de acordos e pactos para a promoção de direitos da criança e do adolescente, cujo destaque é relevante, pois construíram nas empresas a cultura de assumir compromissos públicos em torno de causas. Nesses últimos anos, podem-se registrar avanços sobre outros temas igualmente importantes, como trabalho escravo, corrupção, valorização das florestas e desmatamento zero. Recentemente, houve o lançamento de duas iniciativas significativas: os pactos Conexões Sustentáveis e São Paulo-Amazônia, que prevêem uma nova relação de mercado – de produção, financiamento, consumo e distribuição dos produtos da Amazônia na cidade de São Paulo –, tendo como referência a lista do trabalho escravo e as áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

“Quais são os marcos lógicos que viabilizam os conteúdos dos pactos?

O primeiro deles é a nossa pedra fundamental, que é a Constituição. Firmar um acordo não significa somente cumprir a Constituição, mas sim apresentar referências aos aspectos constitucionais legais, e extravasar, porque senão um pacto seria simplesmente um instrumento de fiscalização do cumprimento das leis. Outros marcos importantes são as Convenções das Nações Unidas, das quais o Brasil é signatário e, mais especificamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos; além de outras iniciativas que já estão em processo de adesão e de realização, como o Pacto Global das Nações Unidas.”

Com base na sua experiência em desenvolver e acompanhar compromissos públicos, o Instituto Ethos elaborou os seguintes passos para a elaboração de um pacto:

1. Haver um processo de denúncia de responsabilidades das partes envolvidas em relação a determinada questão (trabalho escravo, por exemplo);
 2. Estimular, por meio da mídia, uma provocação pública entre os principais atores envolvidos na questão;
 3. Promover a discussão da questão por meio de seminários, oficinas e debates;
 4. Formular coletivamente os conteúdos que serão objetos do pacto;
 5. Promover uma consulta pública envolvendo todas as partes interessadas para aperfeiçoar os conteúdos;
 6. Obter a adesão pioneira ao pacto para que haja exemplo e indução para mais adesões;
 7. Promover o lançamento da iniciativa;
 8. Acompanhar o pós-lançamento do pacto e o cumprimento dos compromissos assumidos;
 9. Criar mecanismos como, por exemplo, grupos de trabalho para regularmente atualizar o pacto;
 10. Sistematizar e difundir as boas práticas decorrentes da aplicação do pacto.
- 



“Algumas qualificações necessárias para um compromisso público ser bem-sucedido são: mapear com clareza o público-alvo, os setores e as cadeias produtivas envolvidos, no intuito de induzir mudanças de comportamento e adesões; criar regras claras de comportamento e conduta, e também de acompanhamento e avaliação; além de diferenciar os papéis de uma entidade empresarial e de uma empresa. À entidade cabe o diálogo, a representação, a construção do processo e a mobilização, mas ela não pode responder pelos associados sobre os compromissos assumidos, deve haver uma adesão individual de cada empresa com a questão.”

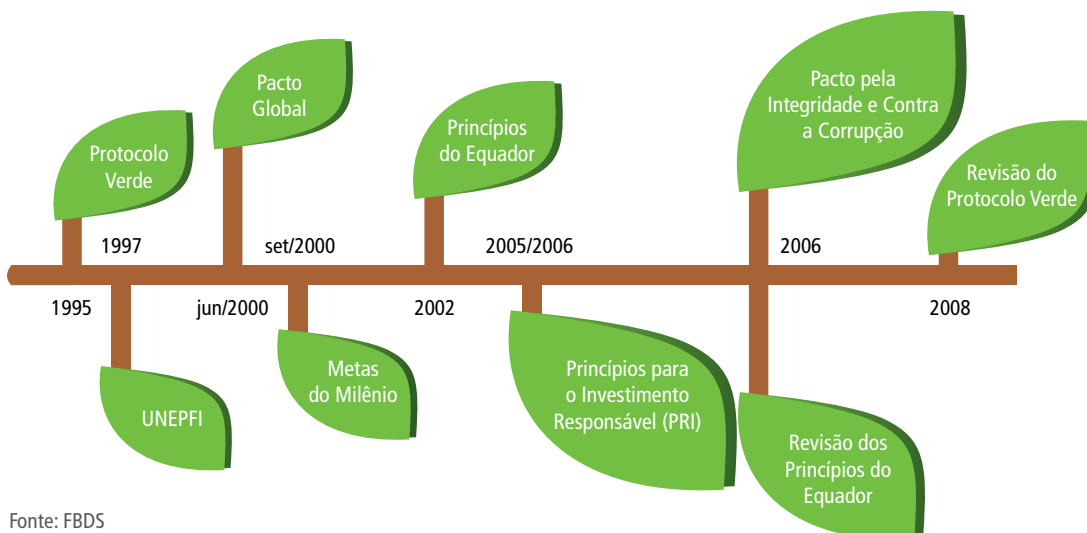
Clarissa Lins, diretora executiva da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).

Clarissa, por sua vez, abordou os pactos e acordos adotados por bancos brasileiros, destacando o avanço na adoção de diretrizes socioambientais no processo de decisão de crédito, a partir da adesão dessas instituições aos Princípios do Equador. Durante toda a sua apresentação, Clarissa exemplificou com cases de instituições financeiras nacionais. O ponto de convergência das discussões do evento foi o da necessidade de os bancos informarem com maior transparência aos seus públicos de interesse sobre a implantação e os resultados decorrentes dos pactos e acordos dos quais são signatários.



CONTEXTO

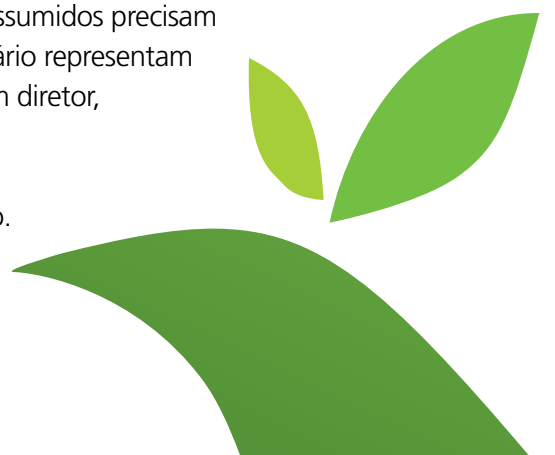
PRINCIPAIS INICIATIVAS VOLUNTÁRIAS



Fonte: FBDS

Não apenas a FEBRABAN, mas os bancos brasileiros aderem maciçamente aos pactos e compromissos globais e nacionais. Essa adesão está ligada ao posicionamento institucional das empresas, ao reconhecimento da importância desses pactos internacionais – promovidos, sobretudo, pelas Nações Unidas –, à postura ética, à reputação e à imagem. Para iniciar o debate, Clarissa lançou a questão “Será que a adesão a esses compromissos não se tornou automática?”. Ela questionou se eles estão fazendo efeito de fato nas instituições ou se são parte apenas de um movimento natural de não estar fora da lista de empresas e instituições que aderiram a um certo pacto. Os compromissos assumidos precisam ser transformados em gestão para que sejam efetivos, caso contrário representam apenas uma carta de intenções assinada por um presidente ou um diretor, sem reflexo na gestão e, sobretudo, na prestação de contas.

Confira mais detalhes sobre pactos ao final da publicação - Anexo.





O DEBATE

Ao final das apresentações, a diretora setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, Sonia Favaretto, e o diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, Mário Sérgio Vasconcelos, se juntaram aos convidados para iniciar o debate.

- No que diz respeito ao Pacto Global, Mário Sérgio ressaltou os esforços dos bancos associados na promoção da diversidade. Ele contou que a primeira turma do *Programa Febraban de Capacitação Profissional e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Setor Bancário* estava se formando naquele mesmo dia em que foi realizado o 13º Café com Sustentabilidade. “Trata-se de um projeto piloto, inédito no Brasil, que representa uma chance única de qualificação profissional e ingresso no setor bancário para cerca de 500 pessoas com deficiências física, auditiva e visual.” Mário Sérgio destacou também a pesquisa realizada pela Febraban em 2006, que identificou que 76,7% das pessoas com deficiência no País têm menos de oito anos de estudo, fator limitante para o desenvolvimento pessoal e profissional dessa população. A partir dos resultados desse estudo foi iniciado um trabalho com o objetivo de definir um plano de ação que permitisse a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho bancário. “Quanto mais se trazer esses compromissos para dentro do *core business* dos bancos, maiores as chances de sucesso, de incorporá-los culturalmente”, concluiu.
- O público interagiu de forma bastante participativa. Questões relevantes foram levantadas para a discussão de ações que garantam um futuro saudável da sociedade brasileira. Foi citado o relatório de desenvolvimento humano do Brasil, que está sendo preparado pelo PNUD, e que levou a consulta pública a pergunta “O que precisa acontecer no Brasil para a sua vida ser melhor?”, com 500 mil respondentes. Um fator transversal

que apareceu nos resultados são os valores da sociedade. Os brasileiros estão questionando seus próprios valores. Segundo uma participante, a relação dessa colocação com os pactos e compromissos é que nenhum deles contempla atenção à formação dos valores. Ela lançou, então, a seguinte provocação aos convidados: “Vocês acham que as empresas e as entidades podem ajudar nessa formação de valores ou isso é algo que deve ser deixado para o governo?”.

“Eu acredito que quando uma organização assume um compromisso como os direitos humanos ou a promoção da diversidade, há uma sinalização para a sociedade de possibilidade de mudança de valores. É um investimento em outros valores, que são fundamentais para que a sociedade avance na direção da sustentabilidade. Mas esperar que os pactos sejam uma ferramenta de compromisso dos seus signatários com a efetividade de algumas políticas públicas depende das circunstâncias concretas de onde isso está colocado. Lembro que um dos compromissos das Empresas Amigas da Criança, iniciativa da Fundação Abrinq, é de investir na educação, como uma estratégia de prevenção do trabalho infantil.”, comentou Caio.

“Valores fazem parte da sociedade, cada indivíduo traz os seus com a sua história de vida. Preocupa-me depositar no setor privado a responsabilidade de promover um valor tão forte como qualidade na educação, já que muitas vezes isso não está ligado ao *core business* das empresas. A Constituição diz que a educação é um direito de todos nós. Claro que há exemplos bem sucedidos de dedicação e esforços voltados a essa área. Mas não sei se isso pode ser extrapolado com sucesso para outras entidades nesse momento.”, complementou Clarissa.

O financiamento de políticos e de campanhas políticas foi o foco da colocação de outro participante. Segundo ele, “a corrupção, a impunidade e a sonegação fiscal são as saúvas do Brasil hoje. Eu me pergunto se não deveríamos criar um cadastro positivo dos políticos brasileiros”. Caio Magri lembrou uma campanha importante, cidadã, que já tem 700 mil assinaturas, chamada Ficha Limpa, cujo objetivo é bloquear o acesso a candidaturas de pessoas que tenham condenações graves, mesmo que em primeira instância. “É necessário rever o sistema de financiamento político e de partidos políticos no Brasil. O que leva uma empresa a doar R\$ 23 milhões para uma campanha política? Se não tivermos uma resposta transparente da sociedade, só podemos entender que leva a interesses privados. Isso não dá pra continuar!”, finalizou Magri.



OPINIÕES

“Em minha opinião, o evento foi muito bem organizado e as propostas de conteúdo, bastante interessantes e com bastante relação com o atual contexto global sobre Transparência e Aquecimento Global.”

Mônica de Roure, diretora da Ashoka Brasil-Paraguai.

“A apresentação do Caio nesta 13ª edição do Café promovido pela FEBRABAN foi importante para conscientizar sobre a relevância das ações que se devem tomar nessa direção, e não são poucas nem tão pouco simples de serem articuladas, pois dependem de um complexo sistema que abrange diferentes interesses, pessoas, ondas, entre vários outros stakeholders. A adesão do Banco Central e da FEBRABAN ao Protocolo Verde, citada na apresentação da Clarissa Lins, também servirá de marco importante nessa mesma direção. Estamos todos caminhando rumo a perenidade dos negócios.”

Ives Pereira Müller, sócio da área de Consultoria em Gestão de Riscos e Sustentabilidade da Deloitte.

“Considero o Café com Sustentabilidade uma iniciativa bem-vinda como forma de troca de ideias e opiniões entre vários atores da sociedade. A escolha do tema da 13ª edição foi oportuna e as duas apresentações, interessantes. Teria sido valioso dedicar uma parte maior do tempo para debater a contradição entre compromissos assumidos e práticas bancárias, assim como os desafios da implementação.”

Roland Widmer, coordenador de Eco-Finanças da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

CRÉDITOS:

Redação
Luana Raggio

Fotos
Marcela Beltrão

Projeto Gráfico
fmcom

Coordenação
Mário Sérgio Vasconcelos

ANEXO - CONFIRA AQUI DETALHES SOBRE OS PACTOS.

PACTOS E COMPROMISSOS: O CAMINHO TRILHADO PELOS BANCOS BRASILEIROS

PROTOCOLO VERDE, 1995

O Protocolo Verde é uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável, firmada por bancos oficiais em 1995. O acordo prevê que os signatários se comprometam a:

- Oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e o uso sustentável do meio ambiente.
- Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente.
- Promover o consumo consciente de recursos naturais e de materiais deles derivados nos processos internos.
- Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição.
- Promover a cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias deste Protocolo.



UNEP FI, 1997

O *United Nations for Environment Program – Finance Initiative* (UNEP FI) é o braço do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas para o setor financeiro e congrega 179 instituições de 38 países. Sua missão é identificar e promover as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade. Todos os membros assinam uma declaração, pela qual se comprometem a integrar, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável às suas operações.

O *Latin America Task Force* (Força Tarefa da América Latina) tem como objetivo apoiar e expandir a prática de finanças sustentáveis na região, promovendo ações como:

- Conscientização e disseminação de conhecimento;
- Capacitação por meio de workshop e treinamentos online;
- Intercâmbio de ideias e melhores práticas entre os membros e stakeholders;
- Pesquisa e desenvolvimento de ferramentas.

PACTO GLOBAL, JUNHO DE 2000

O Pacto Global é uma iniciativa que tem como objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Foi criado para ajudar as organizações a redefinirem suas estratégias e ações, a fim de que todas as pessoas possam compartilhar dos benefícios da globalização, evitando que esses sejam aproveitados por poucos.

O Pacto Global estabeleceu dez princípios para orientar as empresas na adesão a ele:

■ Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

Trabalho

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil; e
6. Eliminar a discriminação no emprego.

Meio Ambiente

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Contra a Corrupção

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

METAS DO MILÊNIO, SETEMBRO DE 2000

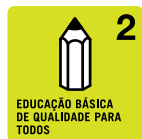
Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são uma série de oito compromissos aprovados entre líderes de 191 países membros das Nações Unidas, na maior reunião de dirigentes nacionais de todos os tempos, a Cúpula do Milênio, realizada em Nova York, em setembro de 2000.

Para alcançar os ODMs, foram definidas as Metas do Milênio, que estabelecem números para dar significado aos objetivos de erradicar a fome ou diminuir a mortalidade infantil, por exemplo. O esforço coletivo deve garantir, até 2015, a redução pela metade da porcentagem de pessoas que vivem na extrema pobreza, o fornecimento de água potável e educação a todos e o combate à propagação da AIDS, malária e outras doenças. Também ficou determinado o reforço às operações de paz das Nações Unidas para que as comunidades vulneráveis possam se proteger em tempos de conflito.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO SÃO:



Erradicar a extrema pobreza e a fome



Atingir o ensino básico universal



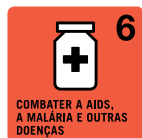
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres



Reduzir a mortalidade infantil



Melhorar a saúde materna



Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças



Garantir a sustentabilidade ambiental



Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

PRINCÍPIOS DO EQUADOR, 2002

Os Princípios do Equador são um conjunto de políticas e diretrizes (salvaguardas) a serem observadas na análise de projetos de investimento de valor igual ou superior a US\$ 50 milhões. Tendo por base critérios estabelecidos pelo *International Finance Corporation (IFC)*, braço do Banco Mundial, as salvaguardas versam sobre avaliações ambientais; proteção a habitats naturais; gerenciamento de pragas; segurança de barragens; populações indígenas; reassentamento involuntário de populações; propriedade cultural; trabalho infantil, forçado ou escravo; projetos em águas internacionais e saúde e segurança no trabalho.

PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO RESPONSÁVEL (PRI), 2005 / 2006

Uma das realizações do UNEP FI foi, juntamente com o Pacto Global das Nações Unidas, a criação de uma declaração chamada Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês). A ideia, com essa iniciativa, é que os investidores de todo o mundo incorporem, voluntariamente, aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa no momento em que efetuarem suas aplicações.

PACTO EMPRESARIAL PELA INTEGRIDADE E CONTRA A CORRUPÇÃO, 2006

O Instituto Ethos, a Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), o Fórum Econômico Mundial e o Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o apoio da Agência Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e da Fundação Ford, articularam a criação do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.

Lançado no dia 22 de junho de 2006, em São Paulo, durante a Conferência Internacional Ethos, o Pacto foi inspirado em experiências bem sucedidas anteriores, como os pactos empresariais de combate ao trabalho escravo e à erradicação do trabalho infantil.

O Pacto contém um conjunto de sugestões, diretrizes e procedimentos para serem adotados pelas empresas e entidades no seu relacionamento com o poder público. Para ampliar a participação de empresas ao processo e a legitimidade da iniciativa, o grupo coordenador constituiu um Conselho de Mobilização, formado por entidades empresariais e representantes da sociedade civil. No dia 9 de dezembro daquele ano, Dia Mundial de Combate à Corrupção, as entidades coordenadoras e o Conselho de Mobilização lançaram para consulta pública a minuta do Pacto. A consulta vigorou por um período de três meses para que os interessados pudessem sugerir as alterações que considerassem necessárias.

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS DO EQUADOR, 2006

As instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador anunciaram em 2006 a nova versão desses Princípios. As mais relevantes alterações dos foram as seguintes:

- Os Princípios devem ser aplicados para todo financiamento de projeto com valor superior a US\$ 10 milhões. Na versão anterior, esse valor era de US\$ 50 milhões.
- Os Princípios agora também se aplicam à atividade de assessoramento em *project finance* que os bancos prestam a seus clientes.
- Os Princípios agora passam a ser aplicados em expansões de projetos já existentes, onde há adicional e significativo impacto socioambiental.
- Toda instituição financeira signatária agora deve divulgar publicamente um relatório anual sobre a implementação dos Princípios do Equador.

Do total de 40 instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador (versão anterior), 33 delas ratificaram hoje a nova versão desses Princípios.

REVISÃO DO PROTOCOLO VERDE, 2008

A revisão do Protocolo Verde, ocorrida em agosto de 2008, contou com a participação de representantes de diversos bancos e representantes do governo federal, como ministérios da Fazenda, Agricultura, Integração Nacional, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social.

No dia 7 de abril de 2009, o documento foi assinado pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos, Fabio Barbosa, e pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Trata-se de um protocolo de intenções por meio do qual os signatários declaram que se esforçarão para estimular, por meio de seus financiamentos, práticas de sustentabilidade ambiental e considerarão os impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos. Além desses aspectos, promoverão o consumo consciente de recursos e materiais nos seus processos internos, procurarão engajar clientes, fornecedores e funcionários nas políticas e práticas de sustentabilidade, e estimularão a cooperação e integração de esforços entre os signatários do Protocolo.



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE

FEBRABAN

Febraban – Federação Brasileira de Bancos
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, 15º andar
CEP 01452-921 | São Paulo | SP

www.febraban.org.br